

**Centro Universitário de Anápolis – Uni-Evanvagélica**

**MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O “NOVO” CENÁRIO EDUCACIONAL**

Sandra Maria de Souza Fernandes<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Educação Ambiental tem provocado mudanças nas condições de vida através da conscientização social em diversos espaços educativos formais e não-formais. E sob esse olhar, o presente artigo tem por objetivo discutir a Educação Ambiental dentro de um modelo educacional, que se tem destacado como espaço defensor de questões ambientais. Nesse sentido também se discute como seria a figura do educador ambiental e seu papel frente aos novos desafios sociais e educacionais, de que forma os currículos escolares podem ser contemplados com a possibilidade dessa nova disciplina e como a escola percebe as mudanças em relação às questões ambientais. Enfim, esse é um assunto que nos leva a pensar na mudança de modelos educacionais em favor das questões ambientais, lembrando que nosso conceito a respeito de meio ambiente se forma a partir dos nossos interesses, convicções políticas, sociais e econômicas sempre voltado para um ideal de qualidade de vida.

Palavras chaves: educação ambiental – currículos – escola - transdisciplinaridade

<sup>1</sup> Mestranda em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (Uni-Evangélica), Especialista em Administração Educacional e Planejamento Educacional (Faculdade Salgado de Oliveira), e Graduada em Pedagogia (Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão). E-mail: sandramariasf@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

A educação ambiental configura-se crescentemente como uma questão discutida por diferentes áreas do conhecimento seja nas ciências humanas, exatas ou biológicas numa perspectiva muitas vezes interdisciplinar que, visa um trabalho de conscientização permanente em torno das questões ambientais. Podemos observar ao longo da história educacional, no Brasil, que as discussões sobre educação ambiental só se fortaleceram a partir dos anos 1990, mas até hoje não se tem regulamentado, de maneira clara, como esta educação ambiental deve fazer parte dos currículos escolares, de forma que realmente contemple as necessidades urgentes desse temática.

Ao longo do tempo temos visto e ouvido falar, com uma frequência cada vez maior, sobre a necessidade de incluir nos projetos pedagógicos e até mesmo criar disciplinas que contemplem a educação ambiental nos currículos escolares. Até um novo profissional tem-se destacado, o educador ambiental. Este tem nas mãos o espaço da educação como campo fértil e favorável para mudanças de mentalidade. Mas, é preciso ter o cuidado de não tornar o discurso da Educação Ambiental numa visão romântica e distante da realidade social.

O que está em questão é a criação de alternativas de reconstrução das regras de relacionamento entre as pessoas, os grupos sociais e os modelos de desenvolvimento. O tema Educação Ambiental aquece a discussão, que é sem dúvida salutar, e a escola passa a ser, não o único mas, com certeza um ambiente propício a tais discussões.

Precisamos entender de que forma os currículos escolares poderiam se tornar ações práticas dentro de uma visão política da Educação Ambiental. Reigota (2009) afirma que a Educação Ambiental como educação política é por princípio: questionadora, dogmática, criativa, inovadora e crítica. Esse pensamento de que a educação ambiental é uma educação política está profundamente relacionado com o pensamento pedagógico de Paulo Freire, expresso em suas últimas obras, *Pedagogia da Autonomia* (1999) e *Pedagogia da Indignação* (2000).

Na educação brasileira algumas tentativas de colocar as questões ambientais dentro da escola vem sendo feitas de maneira ainda muito singular, mas com algum resultado. Por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, foram elaborados para ser trabalhados como temas transversais, embora tenham sido alvos de críticas por terem sido criados à partir da reforma espanhola, contribuíram para aumentar a discussão dentro do ambiente escolar sobre o tema Meio Ambiente, e conquistaram muitos adeptos e simpatizantes às suas propostas, Reigota (2009). É bem verdade que uma das limitações quanto aos currículos brasileiros, se dá em razão do fato de que tais currículos já não passam por uma reforma há dezesseis anos, segundo relato de Toschi (2011) em uma aula expositiva sobre Educação Ambiental.

Um aspecto que é considerado importante sobre a educação, discutido em uma de nossas aulas de Educação Ambiental, por Toschi (2011), é o de que não há limites de idade para os estudantes aprenderem, portanto podemos afirmar que a educação ambiental pode acontecer desde as creches até os cursos de pós-graduação, pois entende-se que o espaço escolar deve ser o espaço mais privilegiado para a realização da educação ambiental, desde que seja oportunizada condições para desenvolvimento da criatividade, debate, pesquisas e enfim, a participação de todos.

### **“Novo” cenário educacional brasileiro**

Me lembro dos meus primeiros anos de escolarização e, em nenhum momento, da minha vida escolar eu ouvi falar sobre Educação Ambiental ou mesmo Meio Ambiente. Posso afirmar com segurança, que mudanças aconteceram, talvez não no ritmo necessário para se dizer que temos de fato mudanças a favor da educação ambiental. Mas vejo mudanças significativas, por exemplo hoje, as crianças já falam com naturalidade sobre preservar o meio ambiente e já lêem ou discutem isso em sala de aula. O que na minha época não acontecia.

Podemos dizer que hoje a escola vive um novo modelo educacional. Mudanças de ordem política, econômica, social e cultural tem provocado mudanças

no ambiente escolar, e tais mudanças tem levado a uma conscientização pela necessidade de preservação ambiental.

A educação ambiental no Brasil começa a ser realizada timidamente por pequenos grupos e pessoas isoladamente em escolas, parques, clubes e associações de bairro, a partir dos anos 1970. À partir dessa época também começaram a surgir eventos, simpósios, pequenas manifestações atraindo cada vez mais simpatizantes pelas causas ambientalistas.

Com o passar do tempo, as questões ambientais se tornaram “o boom” da mídia e isso fez com que o tema ficasse banalizado, tornando-se um modismo, e as práticas de responsabilidade social pelo meio ambiente tornaram-se decisões políticas, o que fez com que muitos praticantes ativos se afastassem dos movimentos. Muitas ações e projetos pedagógicos tomaram cunho político e até se destacaram por essa característica, mas não foram duradouros. Mas é preciso destacar que com a realização da Rio-92 surge um novo movimento educativo no seio da sociedade brasileira. Livros, artigos, revistas foram publicados, aconteceram os primeiros debates com especialistas, políticos e cidadãos apoiados pela mídia, começaram a despertar o interesse, com seriedade, pelas questões ambientais. Também a partir da Conferência do Rio de Janeiro, foi criada um dos mais importantes documentos sobre as questões ambientais que a Agenda XXI, Reigota (2009).

A escola, que até então, estava meio que imparcial começou a elaborar e propor, após a Rio 92, ações e projetos envolvendo a comunidade escolar em exposições, filmes, visitas, discussões, etc. De lá para cá intercâmbios entre diversos países tem sido firmado, eventos científicos tem sido realizados pelo Brasil à fora, sem contar os movimentos e outras ações que muitas vezes partiram de dentro da própria escola. Seria ingênuo afirmar que todos esses movimentos são apenas oportunistas e passageiros, assim como seria ingênuo considerar que tudo isso é suficiente para dizer que a educação ambiental no Brasil está de fato plena em suas atividades e realizações.

Concordo com Reigota (2009), quando ele afirma que a educação ambiental não pode ser considerada uma disciplina, mas deve ser entendida numa perspectiva pedagógica e política nas várias atividades do ambiente escolar. A questão é como

fazer com que isso se consolide dentro das escolas. Hoje, o reconhecimento da educação ambiental por parte dos profissionais da educação, tem-se concretizado num ponto positivo à favor da discussão do tema no espaço escolar.

Entendemos que a educação ambiental é também uma das mais importantes exigências educacionais do momento, não só no Brasil, mas em todo mundo, e esse tema não pode ser vinculado no currículo escolar apenas como mais uma disciplina para transmissão de conhecimentos sobre a natureza ou coisa parecida, mas precisa ser entendida como a possibilidade de ampliação da participação política dos cidadãos do mundo em busca de uma harmonia entre a humanidade e a natureza. Como diz Gadotti (2000, p.38): “É preciso contextualizar, globalizar, relacionar, buscar as múltiplas causas das coisas. Não basta reformar o ensino sem reformar o pensamento”.

Mudar a maneira de pensar é, sem dúvida uma forma de busca por uma visão global do mundo. Nesse aspecto, afirma Gadotti (2000, p.39) “a transdisciplinaridade representa, como método científico, uma maneira de romper com essa visão linear de mundo quebrando o isolamento das disciplinas e oportunizando uma nova forma de articulação dos saberes”.

“Foi na educação da Grécia antiga que surgiram os currículos clássicos que desconsideravam temas importantes da vida cotidiana da sociedade daquela época, como o trabalho das mulheres, dos escravos e das crianças”, Gadotti (2000, p. 42). Mas, ainda hoje o que se vê nas escolas brasileiras ainda são os conteúdos das disciplinas do saber, com fortes traços dos currículos clássicos da Grécia antiga, pois ainda são construídos sem se levar em consideração a realidade de vida do cidadão que convive com a violência, falta de moradia, educação, saúde, enfim toda falta de suprimentos básicos para uma vida com dignidade e respeito.

Com tudo isso nos vêm à mente muitas questões como por exemplo: que conteúdos escolares são realmente importantes para a vida do cidadão ? Como seriam os conteúdos de uma escola preocupada com o cidadão? Falamos muito em escola democrática, numa escola cidadã. Mas, não é suficiente dizer que a escola é democrática quando seus currículos estão engessados em disciplinas fragmentadas ou desconectadas, umas das outras, nas quais as áreas do conhecimento estão separadas, como se fosse possível cortar o conhecimento em pedaços. Nesse

aspecto estão os que defendem que uma reforma educacional precisa incluir como disciplina a Educação Ambiental nos currículos; mas também tem aqueles que questionam esse tipo de mudança nos currículos e defendem uma ação pedagógica transdisciplinar, na qual desconsidera-se a noção de disciplina, propondo até mesmo sua superação, e propõe uma Educação Ambiental mais ampla, onde se envolva não só as áreas do conhecimento mas também toda a comunidade escolar numa mudança de pensamento em busca de uma conscientização do cidadão e não apenas de alunos dentro de uma sala de aula. E é nesse contexto que precisamos pensar a Educação Ambiental, a partir do sentido da “vida cotidiana” (GUTIERREZ e PRADO, 1999 *apud* Gadotti. 200, p. 41) falam que “a educação deve promover a aprendizagem do sentido das coisas à partir do cotidiano”.

Para essa proposta transdisciplinar, há que se pensar num novo professor, que precisará ser um mediador do conhecimento, também um aprendiz e ainda cooperador, pois quem ensina também aprende, segundo Paulo Freire (1997) *apud* Gadotti (2000):

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção [ . . . ] É preciso que, pelo contrário, desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado [ . . . ] Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se deduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” (FREIRE, 1997, p. 25 *apud*. GADOTTI. Pedagogia da Terra. 2000, p. 45)

Quando Gadotti cita Freire (1997), e fala que entre a docência e discência acontece uma troca de aprendizagem, precisa-se levar em consideração que essa premissa se dá a partir do entendimento de que o professor não é detentor de todo conhecimento, e que o aluno chega na escola trazendo um conhecimento de mundo e uma bagagem de informações que precisam ser consideradas, daí a importância do professor perceber nesse aluno uma fonte de conhecimento que precisa ser aproveitada, e com isso o professor estará fazendo uso da oportunidade transdisciplinar.

## CONCLUSÃO

Como foi tratado no início, desse artigo, há uma preocupação no meio educacional que gira em torno de como seriam os currículos da escola que pensa com responsabilidade as questões ambientais. Bem, sabemos que cada aluno chega à escola com uma bagagem de conhecimento de mundo, e isso precisa ser levado em consideração. Então, impor um currículo que não vá ao encontro, aos anseios desses estudantes de nada valerá como contribuição à formação consciente desse aluno com respeito à educação ambiental. O professor precisa estabelecer uma nova relação com o educando tornando-se seu mediador para ajudá-lo a organizar e gerir o saber.

Precisamos de uma escola não preocupada com currículos, mas que seja ecopedagógica e plugada no mundo. Isso depende de uma escola com um novo sistema de ensino, único e descentralizado. E então vale tentar responder a questão que Gadotti (2000, p.48) coloca: “O que aprendemos tem a ver com o nosso projeto de vida?”

Não existem receitas prontas e nem disciplinas escolares para suprimir toda a amplitude em torno das questões ambientais, mas sim um espaço aberto para discussões e debates que venham fortalecer e ampliar o desejo de luta pela permanente conscientização de preservação do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. MEC/Secretaria da Educação Fundamental. 3ª ed. Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. Pedagogia da Indignação. In: Moacir Gadotti, Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Crus. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. 2ª. Ed. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da Escola Cidadã, v. 3).

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. 2ª. Ed., São Paulo: Brasiliense, 2009.

SILVA, Décio Barros da. As principais tendências pedagógicas na prática escolar brasileira e seus pressupostos. Disponível em:

[http://www.ufsm.br/lec/01\\_00/DelcioL&C3.htm](http://www.ufsm.br/lec/01_00/DelcioL&C3.htm)

TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Ambiental. Uni-Evangélica, Anápolis, 2011. Notas de aula da disciplina. Tópicos especiais em Educação Ambiental, professora Mirza Seabra Toschi, Programa de Mestrado Multidisciplinar em Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente.